



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XXII (2021)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Epidemias em contexto histórico: do contágio à mitigação

Edite Alberto Martins , Joana de Balsa Pinho 

Como Citar | How to Cite

Martins, Edite Alberto, & Joana Balsa Pinho. 2021. «Epidemias em contexto histórico: do contágio à mitigação». *Anais de História de Além-Mar* XXII: 9-17. <https://doi.org/10.57759/aham2021.33021>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2021. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2021. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International Licence (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

**Epidemias em contexto histórico:
do contágio à mitigação**

Epidemics in historical context:
from transmission to mitigation

Coord.

Edite Martins Alberto
CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa;
DPC, CM Lisboa

Joana Balsa de Pinho
ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade
de Letras, Universidade de Lisboa

Introdução

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), pela voz do seu diretor geral Tedros A. Ghebreyesus, declarou a covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), como pandemia, considerando os 118 mil casos de infecção, registados em 114 países, e as mais de quatro mil mortes. A OMS justificava a declaração de pandemia com os «níveis alarmantes de propagação e inação», considerando que «os países podiam ainda mudar o curso desta pandemia se detetarem, testarem, tratarem, isolarem, rastrearem e mobilizarem as pessoas na resposta»¹.

Perante o desconhecido e a incerteza dos tempos que se seguiriam a esta afirmação, e sabendo-se dos surtos epidémicos que frequentemente afetaram a humanidade ao longo da sua história, cedo surgiu um interesse sem precedente a nível global sobre o conhecimento das epidemias e pandemias dos séculos passados. Desde universidades, centros de investigação, associações, sociedades científicas, não esquecendo os meios de comunicação social, por todo o mundo, organizaram-se conferências, congressos, mesas-redondas, publicaram-se livros e artigos e produziram-se materiais pedagógicos sobre o fenómeno das epidemias e das pandemias. Procuraram-se abordagens de diferentes disciplinas, da história à literatura, passando pela arquitetura e outras artes, sociologia, psicologia e antropologia. À pertinência do tema, acresceu a generalização do recurso às plataformas de videoconferência e ao *streaming* o que permitiu um alcance ainda mais generalizado a todas as iniciativas promovidas. Todavia, é necessário lembrar, que todo este dinamismo que se fez sentir na *era covid*, assenta numa tradição de investigação sobre epidemias, já com algumas décadas, sendo a mais conhecida e estudada a que ficou conhecida por *peste negra*.

¹ Ver: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>

Se a história tinha um lugar natural neste contexto, também outras ciências sociais procuraram mostrar a sua importância na forma de compreender e lidar com a pandemia global, confirmando que a situação ultrapassava em muito uma questão biomédica. Um artigo de divulgação, da autoria de Thais Borges, publicado no *Correio*², jornal de referência no estado da Baía, Brasil, a 19 de abril de 2020, dá conta de cinco projetos de letras, artes e humanidades cujo foco foi a covid-19. O texto destaca o papel de uma equipa de tradutores da Universidade Federal da Baía que traduzia artigos científicos de inglês para português para tornar o conhecimento científico mais acessível; o trabalho de um grupo de investigadores que integram o grupo de pesquisa GEA-Hosp, na mesma universidade, que adaptavam às residências particulares as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária aplicadas à arquitetura hospitalar como forma de prevenir o contágio; ou ainda a atividade do grupo O Farol, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que elaborava vídeos, com legendagem e áudio descrição, relativos ao procedimento de prevenção e controlo da covid-19, ou respondendo a dúvidas dos utilizadores, materiais que foram sendo disponibilizados nas redes sociais.

Seguindo esta tendência, e reconhecendo não estar prevista qualquer atividade do género a realizar no nosso país, promoveu-se a organização do Simpósio Internacional «O testemunho da História: para viver e superar a epidemia no presente», que reuniu um conjunto de reconhecidos investigadores nacionais e estrangeiros com investigação sobre o tema. As comunicações apresentadas nos dois dias do simpósio (18 e 19 de junho de 2020), organizado pelo CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH / UAc), ARTIS – Instituto de História de Arte (FLUL) e Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, encontram-se disponíveis no canal de Youtube do CHAM. Na origem deste evento esteve a elaboração de uma candidatura a um projeto no âmbito do concurso, promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, RESEARCH 4 COVID-19 – apoio especial a projetos de implementação rápida para soluções inovadoras de resposta à pandemia de covid-19. A proposta elaborada procurava ajudar a pensar o momento presente, destacando o contributo da história para o entendimento da pandemia atual e de todas as propostas de prevenção e mitigação associadas.

No entanto, o nosso interesse pelos temas da saúde e da doença é bastante anterior e reside no facto de coordenarmos projetos de investigação

² Borges, Thais. 2020. “Como projetos de Letras, Artes e Humanidades se engajam contra o coronavírus.” *Correio**, março 19, 2020. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/como-projetos-de-letras-artes-e-humanidades-se-engajam-contra-o-coronavirus/>.

relacionados com a temática: «Hospital Real de Todos os Santos: a cidade e a saúde» (2015-2021), promovido pela Câmara Municipal de Lisboa em colaboração com o CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH / UAc); e «Hospitalis – Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização e contextualização» (PTDC/ART-HIS/30808/2017) (2018-2022), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolvido pelo Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes em parceria com o ARTIS – Instituto de História da Arte (FLUL). Estes projetos têm em comum o estudo da saúde e das suas instituições numa perspectiva histórica, reconhecendo a importância do conhecimento do passado para uma melhor compreensão do presente. A reflexão sobre as epidemias e saúde pública em contexto histórico, torna-se ainda mais relevante quando se vivencia um surto pandémico como a covid-19.

Em 2004, antecedendo mais de uma década e meia a era covid-19, Gabriel Scally e Justine Womack escreveram, na revista, *Journal of Epidemiology & Community Health*, n.º 58, o artigo «The importance of the past in public health» (Scally e Womack 2004, 751-755). Embora refletindo essencialmente sobre o contexto profissional da saúde pública na Grã-Bretanha, os autores interrogavam-se sobre como a saúde pública e a sua prática são “a-históricas”, ou seja, não consideravam a história. Os autores apoiaram-se em duas poderosas frases para justificar a sua tese. A primeira de Edward Carr, na obra *What is history?*, que afirma que a história tem a dupla função de permitir ao homem o entendimento da sociedade do passado e incrementar o seu controlo sobre a sociedade do presente; e uma segunda de John Tosh, no texto, «The Pursuit of History», no qual é defendido que conhecer o passado é saber que as coisas nem sempre foram como são, e, conseqüentemente, não necessitam de se manter iguais no futuro. Segundo Scally e Womack, a reflexão sobre a história e o passado fica por vezes restrita a um conjunto de especialistas, não tendo uma repercussão nas políticas e nas práticas. Assim, defendem, se os profissionais de saúde pública estivessem dotados de uma visão e discernimento históricos sobre o impacto dos desenvolvimentos políticos e sociais na evolução da prática de saúde pública, estariam mais bem armados para combater as muitas lutas que compõem a batalha de melhorar a saúde da população. É neste sentido que os seis textos que se publicam neste dossier abordam diferentes temáticas relativas às epidemias históricas.

A doença como fenómeno antropológico faz parte da condição humana e a constatação de que parte significativa de uma população é simultaneamente afetada pela doença é antiga. No primeiro texto deste dossier, intitulado

Do miasma ao contágio, Adelino Cardoso esclarece-nos sobre esta temática, recuando às origens da arte médica na Grécia clássica. Hipócrates, comumente assumido como o pai fundador da medicina racional e cuja influência na medicina europeia foi marcante até finais do século XVIII, descreveu, sob a designação de *epidemias*, situações diversas de endemia que atribuiu à constituição peculiar do lugar afetado num dado momento: «As doenças provêm ora do regime, ora do ar que respiramos para viver. O diagnóstico para cada uma destas categorias deve fazer-se assim: quando uma única doença atinge um grande número de indivíduos ao mesmo tempo, é preciso atribuir a causa respetiva àquilo que é o mais comum, àquilo que todos nós mais utilizamos. Ora, isso é o que nós respiramos» (Hipócrates 1923, *Natureza do homem*, § 9). Apesar de colocar o enfoque no ar que respiramos, Hipócrates não abordou especificamente o fenómeno da transmissão de uma doença através do contacto de pessoas saudáveis com pessoas infetadas, o surgimento de epidemias estava dependente das condições médico-sanitárias existentes em determinado lugar que permitiam prever a sua ocorrência. Um conceito diferente do atual, onde, como se verifica com a pandemia covid-19, esta apanhou desarmada a comunidade médico-científica e alastrou à escala global num curto lapso de tempo.

A primeira descrição de epidemia tal como a conhecemos encontra-se na *História da guerra do Peloponeso*, do historiador Tucídides, a propósito da peste de Atenas, no ano 430 a.C., de que ele próprio sofreu. Adelino Cardoso destaca esta descrição, fundamental para os historiadores da medicina, sobretudo no que se refere à doença que irrompera subitamente num momento em que a saúde pública atravessava uma fase favorável e, que se propagava por via do contacto de pessoas saudáveis com pessoas infetadas, donde resultava, por exemplo, que os médicos fossem os mais atingidos pela doença e com maior taxa de mortalidade, devido à sua proximidade com os doentes no exercício da sua arte. Esta primeira descrição de uma epidemia, de Tucídides, não encontrou paralelo na literatura médica do seu tempo, mas não deixou de suscitar o esforço retrospectivo de médicos relevantes, nomeadamente Galeno, para explicar o fenómeno da transmissão. A teoria do contágio, como a encaramos na atualidade, deve-se ao médico e humanista Girolamo Fracastoro, no século XVI, que apesar do significado inovador da sua obra não deixa de sistematizar algumas ideias que vinham sendo abordadas desde séculos anteriores. Nomes como Célio Aureliano, Isidoro de Sevilha, Avicena, Giovanni Battista Montano são referidos por Adelino Cardoso, não descurando, no entanto, a menção às ideias originais de Fracastoro, concedendo ao contágio o estatuto de um tipo específico de doença (infetocontagiosa) e definindo-o com a precisão de um conceito operatório da ciência e da prática médicas.

O modo como a Humanidade enfrentou os desafios que se colocavam à sua saúde e bem-estar são referidos por Ana Rita Rocha no seu texto sobre as medidas de controlo de doenças epidémicas adotadas nos finais da Idade Média, e centrando-se geograficamente, na cidade e região de Coimbra. A autora referencia os tratamentos e cuidados dispensados aos doentes no meio urbano e social onde estavam integrados, identificando os físicos e os cirurgiões que em Coimbra e Montemor-o-Velho exerceram atividade. Assinala, também, as doações deixadas em testamento por particulares, legados incentivados, a partir dos séculos XI e XII pela Igreja que preconizava a prática da caridade para com os pobres e doentes. À medida que se avançava na direção do final da Idade Média, os hospitais assumiram gradualmente a responsabilidade de acolher e curar os enfermos, providenciando-lhes conforto, alimentação e medicamentos. Os hospitais deixaram de ser apenas abrigo de pobres e tornaram-se simultaneamente casas de saúde, deixando claro, em alguns casos, que esse era o seu principal fim, como o do Hospital da Confraria dos Clérigos de Montemor-o-Velho. No texto *Doença e epidemias no mundo urbano tardo-medieval: o exemplo da cidade e região de Coimbra*, Ana Rita Rocha debruça-se ainda sobre uma das principais doenças da época em estudo – a lepra – e como era tratada e controlada pelas autoridades civis, tanto régia como municipal.

No entanto, a principal epidemia que marcou o período medieval foi a Peste Negra. Apesar de ao longo das últimas décadas termos assistido a avanços importantes no estudo da epidemiologia histórica, em particular sobre a Peste Negra (*Black Death*) a nível europeu, o impacto e as consequências em Portugal são largamente desconhecidas. No artigo *Chronology, routes, and conditions for the spread of the plague in Portugal during the Black Death*, André Filipe Oliveira da Silva propõe uma cronologia de introdução e propagação da epidemia em território português, através da reconstituição das vias e da cronologia de infeção das diversas regiões do reino. Apesar de as referências documentais diretas serem escassas, fornecem informação suficiente para que seja possível concluir que os portos marítimos de Lisboa e do Porto foram os primeiros centros de difusão do contágio, que a partir de junho de 1348, se propagou aos outros portos mais pequenos e ao interior do país através dos caminhos terrestres. A identificação dos locais e das distâncias em relação ao litoral permitem traçar um mapa com o avanço da epidemia e abrir portas para estudos mais detalhados propiciando a integração da realidade portuguesa no contexto europeu e, desse modo, contribuir para uma interpretação global da Peste Negra, a epidemia mais mortífera registada na história da humanidade.

Os portos marítimos foram locais de propagação das epidemias e, desde logo, alvo de medidas que tornavam viáveis o controlo dos surtos. O posicionamento geográfico de Lisboa, na confluência do estuário do Tejo com o oceano Atlântico, possibilitou o desenvolvimento e prosperidade da cidade desde épocas remotas. O seu porto, cuja navegabilidade e segurança foram desde cedo reconhecidas pelos mareantes, tornou-a, no entanto, vulnerável aos surtos pestíferos, que alastravam provenientes de outros reinos e que, recorrentemente, a afetaram. As medidas tomadas em Lisboa para evitar o contágio pela peste, a partir dos navios que chegavam ao seu porto, são analisadas por António Costa Canas no texto *Medidas contra a propagação da peste a partir do Porto de Lisboa – Os Regimentos de 1693 do Senado da Câmara de Lisboa*, partindo da legislação que foi sendo promulgada desde quinhentos, especialmente para controlar, do ponto de vista sanitário, os viajantes que chegavam e para garantir o isolamento daqueles que constituíam potencial ameaça. No final do século XVII, foi redigido, pelo Senado de Lisboa, um regimento que regulava o modo de funcionamento do Porto de Belém. Nesse regimento são apresentadas as funções e competências dos oficiais responsáveis pelas atividades de controlo da entrada de embarcações no porto, bem como são descritos os procedimentos a seguir no controlo sanitário e as sanções a aplicar a quem não cumprisse o que estava regulamentado. Pela mesma altura, surgiu um outro regimento com medidas aplicáveis a todo o território, com particular atenção às regiões fronteiriças, pelas quais poderiam entrar pessoas infetadas no reino.

Numa perspetiva de «longa duração», Josep Barceló-Prats e Eduardo Bueno Vergara, no artigo *Epidemias, medicalización y evolución hospitalaria: bases para una historia de las culturas de la salud y de la enfermedad*, debruçam-se sobre a *medicalização* nos cuidados de saúde e a evolução dos hospitais ao longo da história, enquadrando-os nas condições históricas que os contextualizam desde a época medieval até aos nossos dias. Os autores explicam como as grandes epidemias contribuíram para o progresso das práticas médicas e, paralelamente, no momento atual em que a pandemia covid-19 evidenciou as potencialidades e as carências dos sistemas sanitários, esclarecem as diferentes etapas de desenvolvimento da assistência nos hospitais. Evidenciam como os ciclos epidémicos medievais se relacionaram com as transformações da assistência, passando pelo início da experimentação clínica ao desenvolvimento da bacteriologia e a sua ligação à génese do hospital moderno. Ou seja, o desenvolvimento dos hospitais desde o tempo em que se dedicavam à assistência de todo o tipo de «pobres», para a partir do século XV se reorientarem para o trabalho com os «pobres enfermos» e de forma sucessiva para os «enfermos pobres». A partir do século XIX, e

durante o século XX, os hospitais passaram a ser instituições de assistência especializada em tratar «enfermos» de todas as condições sociais.

Por fim, Mário Jorge da Motta Bastos no texto intitulado *Política de Saúde, Política de Morte – A Peste e a Realeza em Portugal (Séculos XIV-XVI)*, examina como as elevadas taxas de mortalidade decorrentes dos surtos epidémicos provocaram o medo e o caos social nas sociedades e como estes fatores de desestabilização e desordem social suscitaram por parte do poder real a promoção de ações variadas de intervenção social e o aproveitamento religioso. Segundo o autor, as epidemias são frequentemente tidas como uma doença democrática que não escolhe as suas vítimas por preferência de estrato social, no entanto, as condições vivenciadas face à doença são irremediavelmente sociais, provocando maior número de mortos nos estratos mais pobres. Numa nova perspetiva de análise, política e social da história das epidemias, o autor explora o tema de *Necropolitics*, conceito criado por Achille Mbembe, publicado pela primeira vez na norte-americana Duke University Press na revista *Public Culture* em 2003 (Mbembe 2003, 11-40), como explicação para as medidas régias tomadas face às epidemias, no passado, mas também as providências tomadas no presente.

Assim, com estas duas iniciativas, o Simpósio Internacional «O testemunho da História: para viver e superar a epidemia no presente», e a publicação deste dossier, esperamos contribuir para a difusão do conhecimento histórico sobre as epidemias, pois acreditamos que o conhecimento tem um poder transformador e que a sua divulgação pode ser um dos fatores de desenvolvimento das sociedades humanas. Agradecemos aos investigadores que conosco colaboraram nestas duas iniciativas, contribuindo com o seu saber para o entendimento das epidemias no seu contexto histórico através dos seus estudos, apresentando novas perspetivas de análise e abrindo novas áreas de estudo.

Edite Martins Alberto

CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
 Departamento do Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa
 ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0856-1956>
E-mail: ealberto@fesh.unl.pt

Joana Balsa de Pinho

ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal
 ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7713-0028>
E-mail: joanabalsapinho@letras.ulisboa.pt